

CNPJ: 18.116.129/0001-25

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2020.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE BALDIM**, CNPJ Nº 18.116.129/0001-25, com sede na Rua Vitalino, 635, na cidade de Baldim/MG, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, o Sr. *Alex Vander de Souza Martins*, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 747.434.816-00, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **FRANÇA & MADEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ SOB O Nº24.469.032/0001-42, com sede administrativa à Rua Silvera Lobo, nº32, bairro Poço, Recife-PE, neste ato representado pelo sócio Gabriel Freitas França, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco, sob o nº43679 e no CPF sob o nº103.075.254-06, residente e domiciliado em Recife, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, têm como justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TRIBUTARIA AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS, VISANDO RECUPERAR CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ADMINISTRATIVAMENTE E/OU JUDICIALMENTE JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, NO MUNICÍPIO DE BALDIM-MG., COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS:

- * CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE INICIO DE AÇÃO FISCAL (TIAF'S) BEM COMO A DEVIDA A NOTIFICAÇÃO/INTIMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS;
- * CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO E A INTIMAÇÃO PARA O PAGAMENTO, BEM COMO OS RELATÓRIOS ANEXOS QUE POSSIBILITEM A IDENTIFICAÇÃO PRECISA DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO;
- * CONSULTORIA E ASSESSORIA EM JULGAMENTOS DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS EM PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS, EM CASO DE RECURSO DO AUTUADO;
- * CONSULTORIA E ASSESSOIRA NA ELABORAÇÃO DOS TERMOS DE INSCRIÇÃO EM DIVIDA ATIVA(TIDA) E EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA);
- * CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS, COM ACOMPANHAMENTO ATÉ O TRANSITO EM JULGADO;
- * PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES, PARA ASSESSORAR AO AGENTE TRIBUTARIO COMPETENTE NA ELABORAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES ADIMINSTRATIVAS E DOS LANÇAMENTOS TRIBUTARIOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA MUNICIPAL;



CNPJ: 18.116.129/0001-25

* E, APOIO, A PROCURADORIA E AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS NOS ÂMBITOS JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, DURANTE TODO O PROCEDIMENTO, ATÉ A ÚLTIMA INSTANCIA DE QUALQUER JUIZO OU TRIBUNAL.

2.1. - Dos Preços

2.1.1. - O Contratante pagará a importância total de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

2.2. - Das Condições de pagamento:

2.2.1 - O pagamento dos serviços será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal.

2.2.2 - O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, após a prestação dos serviços.

2.2.3 – O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior aquela a que se refere a remuneração auferida.

2.2.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte formula:

I = (TX/100)

 $EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

2.3. - Critério de Reajuste

2.3.1. - Por força das Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo disposição autorizativa do Governo Federal.

2.3.2. - Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.



CNPJ: 18.116.129/0001-25

2.3.3. - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do Contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 02.04.40.04.123.0030.2027.3.3.90.39.00.

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á no dia 31/12/2020.
- 4.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 7.1. Prestar ao Contratado todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato.
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto do contrato.
- 7.3. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento exclusivo dos serviços executados.
- 7.4. Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos na Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 8a - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

8.1. - O Contratado responsabiliza-se, inteira e completamente, pelos trabalhos realizados em decorrência deste contrato, inclusive quanto a sua eficiência e ainda no tocante à



CNPJ: 18.116.129/0001-25

responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.

- 8.2. O Contratado, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:
- a) por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
- b) pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados;
- c) arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato.
- d) pela locomoção até os locais onde será prestados os serviços.
- e) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO

Não obstante o fato de o Contratado ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA 10 - DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA 11 - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 12 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é indireta, empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA 13 - DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras



CNPJ: 18.116.129/0001-25

irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.1.1. advertência;

- 13.1.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10° (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;
- 13.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;
- 13.1.4 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:
- a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.
- 13.2 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13. 3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.
- 13. 4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Baldim, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA 14 - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Sete Lagoas-MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Baldim-MG, 16 de Abril de 2020.



CNPJ: 18.116.129/0001-25

	Prefeito Municipal Interino
	Contratante
	Contratado
	- CPF
stemunhas:	
CPF n°:	
CDE nº ·	
CPF nº ·	